

## Contratos de Leitura:

um estudo a partir dos Editais de projetos do Terceiro Setor

*Patrícia Franck Pichler*<sup>1</sup>

*Elisângela Carlossso Machado Mortari*<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo estudar os conceitos que circundam a análise dos discursos, fincando seus esforços nos contratos de leitura. Para isso, segue-se um percurso que se inicia na lingüística, apresentando uma lúcida explicação. Percorrendo os estudos sobre reconhecimento e produção, parte-se para os aspectos da enunciação a fim de chegar aos seus dispositivos, os contratos de leitura. No decorrer deste caminhar, são entrelaçados trechos retirados de editais de projetos do Terceiro Setor, como forma de exemplificar a teoria revisada.

**Palavras-chave:** *Contratos de leitura; Editais do Terceiro Setor; Lingüística; Análise dos Discursos.*

### Considerações Iniciais

Para o cumprimento da proposta aqui trazida, será preciso percorrer um longo caminho teórico acerca da temática. Ou seja, para que se consiga destacar os contratos de leitura presentes nos editais e manuais de projetos do Terceiro Setor (TS) e seus leitores, as organizações e instituições comunitárias, dever-se-á compreender primeiramente do que se tratam estes ‘contratos’, o que os define, como são percebidos e estudados pelo campo da comunicação social. A análise dos discursos (onde se encontram os contratos de leitura) - que se separa em diversos vieses, sendo adaptada a variados contextos de estudo - quando voltada para o campo da comunicação, teve de buscar suas bases na lingüística (VERÓN,

<sup>1</sup> Acadêmica do oitavo semestre do curso de Comunicação Social – Relações Públicas da UFSM; bolsista do Programa de Educação Tutorial Comunicação Social da UFSM; patricia.pichler@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora orientadora do trabalho; Professora Doutora do curso de Comunicação Social da UFSM; elimortari@hotmail.com.

1980), uma vez que esta última é a área que, por excelência, compreende a estrutura e a linguagem utilizada (BENVENISTE, 2005).

Dessa forma, o estudo que aqui se inicia, enceta seu percurso pelo campo da lingüística (BENVENISTE, 2005), apresentando seus conceitos básicos que nortearam as pesquisas em análise dos discursos e, mais especificamente, podem ser utilizados para a compreensão mais segura do significado imbricado nos contratos de leitura que serão futuramente discutidos. Na seqüência, será apresentada uma breve, porém não menos dedicada, conceituação da análise de discurso (PINTO, 1999 e VERÓN, 1983) e, mais especificamente, a semiologia dos discursos sociais, chegando-se até o entendimento final, dos contratos de leitura de fato e a apresentação da realidade sugerida, que será utilizada como exemplificação da teoria aqui abordada.

### **Da lingüística aos contratos de leitura: a compreensão da importância do contexto enunciativo**

Partindo do recorte teórico proposto inicialmente, segue-se à lingüística, área que tem por principal tarefa o estudo e a descrição da atual realidade lingüística, tendo sempre o cuidado de não deixar a análise ser interferida por outros pressupostos (históricos e teóricos) (BENVENISTE, 2005). Conforme é apresentado por Benveniste (2005), o estudo da lingüística se divide em três distintas fases, de acordo com as técnicas adotadas e a compreensão feita da análise. Contudo, este estudo partirá direto do entendimento da terceira fase, a qual se aproxima mais do esforço aqui proposto. Nesta etapa, a lingüística passa a se preocupar mais com “a realidade intrínseca da língua, e visa a se constituir como ciência – formal, rigorosa, sistemática” (BENVENISTE, 2005, p. 22).

É preciso destacar dentro da terceira fase o princípio que é apresentado como fundamental, ou seja, que a língua determina um *sistema*, sendo considerada por Benveniste “um arranjo sistemático de partes” (2005, p. 22), dando assim também, grande relevância à *estrutura*. Nesse aspecto, tem-se então que a língua (conjunto de símbolos e signos que definem uma forma de expressão) é constituída por um conjunto de elementos básicos, mas que nem por isso deixam de ter suas diversas articulações e conjugações diferentes, determinando uma nova linguagem e expressão.

Dessa maneira, a lingüística começa a perceber que não é possível considerar unicamente o que está simplesmente escrito e descrito, partindo-se somente dos elementos

e sua organização. Ao contrário, passa-se então, a considerar outros aspectos envolvidos neste contexto.

Abandona-se pois a idéia de que os dados da língua valem por si mesmos e são 'fatos' objetivos, grandezas absolutas, susceptíveis de se considerarem isoladamente. Na realidade, as entidades lingüísticas não se deixam determinar senão no interior do sistema que as organiza e as domina, e umas em razão das outras. Não tem valor a não ser como elementos de uma estrutura. Logo em primeiro lugar, é o sistema que é preciso destacar e descrever. Elabora-se assim uma teoria da língua como sistema de signos e como organização de unidades hierarquizadas (BENVENISTE, 2005, p. 22).

Percebe-se então, como é possível a construção de uma realidade ou a criação de uma relação completamente dominável e determinante, a partir de um pronunciamento, de um texto, de uma fala. Com o uso de determinadas palavras, da ordem, das formas, da estrutura, aquele que fala e que detém a enunciação<sup>3</sup> pode manter-se no poder da relação, enquanto conseguir segurar sua argumentação forte, ou até que outra enunciação se demonstre mais preparada e melhor articulada. Concordando com isso, é trazido que assim

[...] como a língua é organizada sistematicamente e funciona segundo as regras de um código, aquele que fala pode, a partir de um pequeníssimo número de elementos de base, constituir signos, depois grupos de signos e finalmente uma variedade indefinida de enunciados, todos identificáveis por aquele que os percebe pois o mesmo sistema está estabelecido nele (BENVENISTE, 2005, p. 24).

Sempre que algo é escrito ou dito há um motivo pelo qual acontece, ou seja, fala-se ou escreve-se esperando algum efeito, alguma resposta. As conversas e os textos estão sempre carregados de significados que são expressos de diversas formas, que depois de emitidos resultam, intencionalmente ou não, em certo efeito em quem recebe a mensagem. Desse modo, diz-se que toda linguagem, toda forma de expressão, está carregada de uma dose de intenção. Caso exista de fato a vontade de criar uma determinada resposta a partir de um discurso emitido, tem-se que isto é possível de acordo com os arranjos estipulados pelo emissor, sendo de sua responsabilidade o entorno que é dado e a forma como foi compreendido. Neste aspecto, Benveniste (2005) conclui que

seguramente a linguagem, na medida em que é falada, emprega-se para comboiar 'o que queremos dizer'. Mas isso a que chamamos 'o que queremos dizer' ou 'o que temos no espírito' ou 'o nosso pensamento' (seja como for que o designemos) é um conteúdo de pensamento, bem difícil de definir em si mesmo, a não ser por características de intencionalidade, ou como estrutura psíquica, etc. (p. 68).

<sup>3</sup> "Ato de produção de um texto [...] a explicitação dos diferentes *posicionamentos ideológicos* ou *posições enunciativas* ou ainda *lugares de fala*" (PINTO, 1999, p. 28).

Aqui cabe uma breve retomada à questão dos ‘efeitos’ e da ‘recepção’ conforme é trabalhado por Verón (2001). Na verdade, segundo este autor, não se está falando em efeitos propriamente ditos, mas sim em “reconhecimento”. Como é possível falar em recepção, em audiência, público, receptores se não se está exposto somente a uma mídia, mas sim a um conjunto de instrumentos informantes, um “universo midiático” (VERÓN, 2001). Entra em jogo então, o que este autor apresenta como o “caráter não linear da circulação discursiva”, diferenciando ‘produção’ e ‘reconhecimento’. Assim, se se entende que um discurso não está sozinho, dependente somente dele, é preciso considerar sempre diversos aspectos, como os fatores envolvidos na produção (atores) e no reconhecimento (interpretantes) (VERÓN, 2001).

No contexto em que se encontram os discursos, envolvidos por uma gama de informações diversas, rápidas, inconstantes e simultâneas, é preciso perceber o receptor não mais como somente um, mas sim como um conjunto de idéias e conhecimentos ou como um grupo de pessoas, já não mais homogêneo. Nesse sentido, Verón (2001) conceitua então, “os interpretantes como entidades semióticas abstratas, compostas disto que podemos chamar de *coletivos*” (VERÓN, 2001). Complementando, o autor traz que

“um coletivo é uma entidade semiótica que implica a identificação e a categorização de uma pluralidade de atores e determina os conjuntos de regras operatórias [...] Em todo processo de comunicação há, tanto em produção quanto em reconhecimento, um entrelace de coletivos. [...] um interpretante é um conjunto de coletivos articulados de maneiras específicas” (VERÓN, 2001, p. 14).

Ao passo que se vai avançando na teoria aqui proposta, é interessante apresentar os traços destes estudos percebidos no objeto proposto. Para isso, serão utilizados dois documentos. Um deles lançado em 2008, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Porto Alegre-RS, sobre a captação de recursos financeiros para projetos sociais na mesma cidade. O segundo edital é de autoria da Fundação Vonpar de Porto Alegre-RS, também do ano de 2008, que seleciona iniciativas sociais de inclusão de populações em situação de alta vulnerabilidade para o recebimento de fomento.

É possível então, dentro do quadro teórico apresentado até aqui, começar a encaixar os editais e manuais de projetos do Terceiro Setor (TS) como um espaço de estudo para a compreensão dos contratos de leitura. Sendo que estes são elaborados por determinados órgãos e setores do poder público ou privado, que disponibilizam verba para a realização de ações à sociedade mediante cumprimento da série de exigências presentes nesses editais, pode-se perceber que através da linguagem selecionada e da forma como é

organizada, fica clara a hierarquia existente e as regras que as instituições do TS devem seguir, a fim de serem aceitas e escolhidas dentre as várias participantes.

*2.4 As entidades candidatas deverão comprovar existência de, pelo menos, um ano de atuação em empreendedorismo econômico e inclusão social, além de possuir inscrição municipal no respectivo Conselho. (Extraído do Edital Vonpar/2008, p. 2)*

*Art. 5º Os projetos deverão ser apresentados para protocolo de acordo com o modelo fornecido pelo CMDCA. (Extraído do Edital CMDCA/2008, p. 1)*

Seguindo o estudo e utilizando os entendimentos sobre a lingüística levantados até este momento, partir-se-á para a compreensão da Análise dos Discursos, delineando o percurso teórico até os contratos de leitura. Pode-se compreender por análise de discurso a técnica que “[...] procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados àqueles produtos na sociedade” (PINTO, 1999, p. 7). Quanto aos produtos que o autor trata, destacam-se os anúncios publicitários, programas televisivos e de rádio, discursos políticos, organização dos espaços de uma cidade ou empresa, entre outros.

São diversas as correntes que trabalham com o método de análise de discurso, as quais variam de acordo com o enfoque que é utilizado. Contudo, Pinto (1999) utiliza em seu trabalho o modelo que é dependente do contexto e crítico, que desconfia da letra do texto relacionando às forças sociais que o moldaram, que não procura interpretar conteúdos e usa um conceito de ideologia juntamente a discurso, que trabalha comparativamente, que não usa técnicas estatísticas para contextualização e trabalha com as marcas formais da superfície textual (PINTO, 1999, p. 10).

A análise de discurso, conforme é tratada hoje, parte de duas tradições maiores, que vão de encontro uma à outra em seus conceitos e estudos, devido à adoção de propósitos epistemológicos diferentes: a escola francesa de análise do discurso e a anglo-americana. No trabalho que aqui é proposto será utilizada como base a primeira, que segundo Pinto (1999), “define os discursos como práticas sociais determinadas pelo contexto sócio-histórico, mas que também são partes constitutivas daquele contexto” (PINTO, 1999, p. 17).

O autor destaca ainda que a AD<sup>4</sup> não está interessada somente no que é apresentado no texto, mas sim e principalmente, na forma como este texto é externado e na razão pela qual isto é feito. Ou melhor, a análise de discurso, nesse viés que está sendo apresentada, preocupa-se com os ‘modos de dizer’, de ‘mostrar’, de ‘interagir’ e de ‘seduzir’ (PINTO, 1999). “Nesse sentido, o analista precisa ter à sua disposição conhecimentos e técnicas de análise lingüística e semiológica que sejam adequados à tarefa” (PINTO, 1999, p. 23). Devido a estas necessidades é que se iniciou a exploração teórica pelo entendimento breve do campo da lingüística, focando em sua terceira fase (BENVENISTE, 2005).

A linguagem que é considerada como objeto de estudo pela AD, parte do campo das relações sociais, com seus atos, suas falas, seus sujeitos, suas interpretações. Maingueneau (1997) propõe que,

de fato, esta é uma dificuldade, já que os lugares sociais só podem existir através de uma rede de lugares discursivos, os quais se apóiam em uma máscara do “real”, mas uma de suas formas, estando este real investido pelo discurso (p. 34).

Assim, percebe-se o objeto proposto para análise no presente trabalho, os editais e manuais de projetos do TS, como um “lugar discursivo”, que representa as relações sociais existentes entre as instâncias envolvidas na elaboração e seguimento das regras deste objeto, os poderes público, privado e social.

Buscando a contribuição de Verón (1983) para este estudo, traz-se à tona os dispositivos de enunciação, que segundo o autor são os contratos de leitura. Porém, não se pode iniciar o trabalho sobre ‘contratos’, sem antes falar de enunciação. Assim, segundo Verón (1983), é preciso compreender a diferença que existe entre o que é dito, o enunciado, e a maneira como se diz, a enunciação. Estes apontamentos passaram a ser questionados nos estudos semiológicos dos anos 80, quando inicia sua terceira geração, surgindo a idéia dos efeitos de sentido, ou seja, “o processo que vai da produção de sentido até o consumo de sentido, sendo a mensagem o ponto de passagem que dá suporte à circulação social das significações” (VERÓN, 1983)<sup>5</sup>.

Nesse aspecto, surgem então três importantes pontos que precisam ser considerados quando se fala em contratos de leitura, o enunciador (aquele que fala), o destinatário (aquele a quem a mensagem é enviada) e a relação que existe entre estes dois, enunciador e destinatário, que esta estabelecida e implícita no discurso (VERÓN, 1983). Aqui se faz um

<sup>4</sup> Forma de abreviatura de Análise do Discurso, quando em se tratando do viés dado pela escola francesa de análise dos discursos (MAINGUENEAU, 1997, p. 13).

<sup>5</sup> Cópia de mimeografo, de posse da orientadora deste trabalho. Sem paginação. Verificar Referências.

relevante destaque para a diferença entre emissor e enunciador, que não constituem a mesma definição, ao passo que um emissor pode ser diferentes enunciadores, visto que estes últimos dependem exclusivamente do conteúdo transmitido e da forma como isto é feito, ou seja, da enunciação.

Quando se fala em contratos de leitura a partir das investigações da análise dos discursos, tem-se que não há o interesse pelo conteúdo (VERÓN, 1983). Isso não quer dizer que ele não seja importante, pelo contrário, é o conteúdo que possibilita a distinção entre o que é enunciado e a enunciação, uma vez que um mesmo conteúdo pode ser utilizado em diferentes enunciações. O que se quer dizer aqui é que este conteúdo é diferentemente considerado pela análise do conteúdo e a análise dos discursos (VERÓN, 1983).

Estudando-se a partir da verificação dos dispositivos de enunciação, os contratos de leitura, tem-se o interesse não no que é dito ou escrito, mas sim na forma como este conteúdo é passado, na enunciação. Assim, o que determina o efeito de sentido conseguido é o contrato de leitura estabelecido. Logo, quanto mais bem adaptado o dispositivo de enunciação ao seu destinatário, mais próximo do desejado pelo enunciador será o resultado obtido.

Exemplificando o exposto acima, pode-se apontar o objeto deste estudo, os editais e manuais para projetos do Terceiro Setor, que serão mais bem trabalhados a seguir. Em suma, todos eles apresentam um mesmo conteúdo composto por uma apresentação sobre o que dispõe o edital, as exigências para a aprovação do projeto, o roteiro que deve ser seguido, a documentação necessária, os prazos e datas, entre outros detalhes. Contudo, existe uma diferença na forma como este conteúdo é apresentado.

Se o importante para a análise dos dispositivos de enunciação não é o conteúdo, mas sim o que o envolve, suas amarrações e contextos, podemos definir contratos de leitura como um envolvimento existente entre todos os atores participantes. Não é somente quem escreve um texto que está estabelecendo os significados que este terá, mas também quem o recebe e, por conseguinte, o repassa adiante, com uma nova formatação. Assim,

“entende-se, aqui, por contratos de leitura, regras, estratégias e ‘políticas’ de sentidos que organizam os modos de vinculação entre as ofertas e a recepção dos discursos midiáticos e que se formalizam nas práticas textuais, como instâncias que constituem o ponto de vínculo entre produtores e usuários” (FAUSTO NETO, 2007, p. 10).

Com relação a este vínculo é preciso fazer alusão à palavra “contrato”, que justamente quer significar esta troca, pois está se falando de um acordo, como se fosse um pacto estabelecido entre o enunciador e seu destinatário. Para tanto, é preciso que ambos estejam cientes do que está sendo tratado, o enunciado precisa estar em consonância com o que, tanto uma como a outra parte, sabem. Ou seja, “[...] o contrato visaria também, dentre outras coisas, a situar o leitor num certo campo de interesses de questões – e de expectativas de efeitos – definidas por suas operações enunciativas” (FAUSTO NETO, 2007, p. 12).

Devido a este vínculo que se estabelece, no qual enunciador e destinatário compartilham de um mesmo conteúdo de interesse, claro que não necessariamente com uma mesma finalidade e objetivo, é que se começa a falar em um co-enunciador, o qual seria o destinatário, atuando sobre a enunciação. Um discurso é composto por muitos outros, numa rede que não se pode ter certeza de onde se iniciou e onde se findará. Assim, dentro deste contexto, pode-se dizer que “estamos diante de novos contratos, em que o receptor é transformado para co-gerir o processo produtivo das mensagens, saindo da esfera do auditório [...] para funcionar no nicho produtivo, ainda que não vá ter o controle do contrato” (FAUSTO NETO, 2007, p. 20).

É esta co-participação que garante a presença de um universo de relações sociais aos dispositivos de enunciação, que desvenda uma infinita teia de atores, envolvidos e imbricados em diversos níveis de participação, sendo às vezes enunciadores, às vezes destinatários. Partindo deste ponto de vista, tem-se então que “discursos são o espaço por excelência, onde se dão os embates sociais e se estabelecem as relações de poder” (ARAÚJO, 2003), que surgem devido às diferenças existentes entre os atores. Isto fica ratificado nas palavras de Araújo (2003), quando propõe que

trata-se, porém, de uma negociação desigual, uma vez que o mercado simbólico não é um mercado de iguais, seus membros não possuem as mesmas condições de produção, circulação e consumo dos bens. Não possuem o mesmo capital social, cultural, econômico; não possuem o mesmo capital simbólico (ARAÚJO, 2003).

Ao reconverter o olhar para os editais de projetos do Terceiro Setor é possível perceber com bastante clareza a diferença existente entre o universo daqueles que criam os editais, seus enunciadores, e aqueles que os recebem, os destinatários. Aqui se fala principalmente, de uma distância entre seus capitais sociais e econômicos, que faz com que as instituições do TS assumam um papel de submissão quanto às regras impostas nos

textos, quando não obedecê-las acarreta a exclusão da possibilidade do recebimento do custeio.

*7.2 Qualquer modificação no projeto (cronograma, orçamento, direitos patrimoniais ou equipe básica) sem aprovação, por escrito, da Fundação VONPAR, será considerada inadimplência de obrigações essenciais do contrato por parte da entidade selecionada e do diretor, sujeitando-os às penalidades previstas no item 7.6 deste edital. (Extraído do Edital Vonpar/2008, p. 5)*

*Art. 15 - Os valores captados acima do previsto no Certificado ou fora do prazo de validade do referido Certificado poderão ser utilizados pela Entidade nos projetos já inscritos mediante justificativa de utilização dos recursos, ou em novo projeto a ser apresentado, **devidamente aprovados em plenária do CMDCA**. Nesse caso o repasse será de 50% do valor captado. (Extraído do Edital CMDCA/2008, p. 3)*

Nesse impasse, percebe-se nitidamente como os contratos explicitam a relação de poder existente entre as instituições envolvidas, embora não seja uma situação forçada, mas sim uma hierarquia que surge naturalmente, ao passo que as organizações do poder social dependem da ajuda vinda do financiamento promovido pelas iniciativas do poder público e privado. Estas forças estabelecidas nas relações sociais são também perceptíveis nas marcas textuais dos editais, que materializam o vínculo entre o enunciador e o enunciatário. Tem-se então, o estabelecimento dos contratos de leitura como pode-se observar através das marcas textuais grifadas abaixo, as relações ocorrem através de pactos acordados entre as partes.

*5.3 No caso de descumprimento de qualquer um dos prazos previstos no plano de ação sem que haja a comprovação de realização e a prestação de contas das etapas correspondentes **ou justificativas aceitas pela Fundação VONPAR**, a entidade selecionada será considerada inadimplente e terá o repasse interrompido ficando sujeita às penalidades previstas no item 7.6 deste edital. (Extraído do Edital Vonpar/2008, p. 4)*

*Art. 17 - Os recursos do Funcionário oriundos desta Resolução serão aplicados **nos programas priorizados e deliberados pelo CMDCA**. (Extraído do Edital CMDCA/2008, p. 3)*

Nesse entendimento teórico, articula-se uma corrente da análise dos discursos que está imbricada à semiótica e que seu exame é imanente à contextualização, ao momento histórico e social no qual se dá, é que se vem denominando-a Semiologia dos Discursos Sociais (PINTO, 1999). O autor destaca dentro desse ramo da análise do discurso, a semiótica social (como é também conhecida), duas importantes dimensões, o ideológico e o poder, que vêm ao encontro da análise sugerida nos editais escolhidos. A questão

ideológica, conforme é apresentada por Pinto (1999) segundo os estudos de Véron<sup>6</sup> (1978), está ligada mais diretamente à produção e suas condições. São as características presentes em um texto ou fala que deixam explícitas as regras utilizadas para que o sentido desejado fosse produzido e que são procuradas pelo analista de discurso para a interpretação.

Por sua vez, o poder é uma dimensão ligada ao reconhecimento, à interpretação e à significação dada por aquele que recebe, que lê ou escuta, ou seja, aos “efeitos discursivos” que encerram a circulação dos sentidos sociais (VÉRON, 1980). Assim como o ponto ideológico segue um conjunto de regras criadas e engendradas para a produção de algum sentido, também o poder se vale de conjuntos interpretativos para a compreensão, que após apreendida será reproduzida com novos significados e devolvida, num ciclo de trocas de sentidos sociais infindáveis, como é possível verificar nos textos extraídos dos editais em análise:

*5.1 As entidades selecionadas deverão concluir seu projeto no prazo máximo de 10 (dez) meses, contados da data do recebimento do primeiro repasse. (Extraído do Edital Vonpar/2008, p. 4)*

*Art. 6º - O projeto será analisado pelas comissões internas do CMDCA por ordem de protocolo e avaliado em sessão plenária em até 90 dias a partir do protocolo. (Extraído do Edital CMDCA/2008, p. 2)*

A organização do texto é um ponto que diferencia a enunciação nestes casos. Os editais lançados por órgãos do poder público vêm em forma de artigos e incisos (verificar exemplos acima), conforme a apresentação de leis, com fonte e formatação padrão; já a proposta da iniciativa privada, configura-se em uma apresentação mais informal, organizada em capítulos e até mesmo com diferentes cores e fontes. Isso pode ser interpretado como uma forma de deixar claro, por parte dos editais do poder público, que se trata de um documento oficial, sério, seguindo o modelo de outros documentos de órgãos estatais. Por sua vez o edital de empresa privada, tem na formatação e cores a finalidade de manter a identidade visual da marca e também chamar a atenção perante outros materiais similares de concorrentes, além de tornar a proposta mais atraente.

## Heteroreferência e Auto-referência

Como é possível perceber, muitos são os aspectos que podem ser observados quando se está trabalhando com a análise dos discursos e a interpretação dos contratos de

<sup>6</sup> VÉRON, E. *Sémiosis de l'idéologique e du pouvoir*. In: *Communications*, 28, Paris, Seuil, 1978a.

leitura. Dessa forma, há ainda diversas outras ‘categorias’ dentro dos quadros teóricos que podem ser abordadas, como é o caso do apresentado por Fausto Neto (2007) em um de seus trabalhos, quando propõe a auto e a heteroreferencialidade.

Buscando nos escritos deste autor, que apóia suas idéias nos estudos de Cheveigné (1998) e Luhmann (2005), a base para este artigo, entende-se por auto-referência tudo que é referencia um texto ou um programa televisivo a partir de seus próprios processos, de suas estruturas e enunciadores, enquanto a heteroreferência busca seu suporte em aspectos e fatos aquém dos seus, externos. Ratificando estes conceitos, apresenta-se a definição de Fausto Neto (2007), a partir da sua análise sobre textos jornalísticos: “o campo jornalístico diminui a ênfase sobre suas operações de heteroreferência (falar do mundo externo, por exemplo), deslocando-se para aquelas de auto-referência, cujo foco é a descrição dos seus próprios ‘processos de codificação da realidade’” (FAUSTO NETO, 2007, p. 15).

Quando se verifica as constatações acima descritas sob o ponto de análise dos editais de projetos do Terceiro Setor, pode-se constatar que ainda são utilizados, de acordo com a definição feita pelo autor, tanto operações de auto como de heteroreferência, de forma equilibrada pode-se dizer, em editais elaborados por instituições privadas e públicas.

Assim, podem-se destacar como alguns exemplos de heteroreferencialidade no objeto aqui apresentado:

- A comprovação legal, por parte das instituições sociais, apresentando a documentação exigida;

*Parágrafo único - São requisitos para a entidade protocolar projetos:*

*I - Estar registrada e dispor de regularidade administrativa no CMDCA;*

*II - Ter inscrição do programa para o qual solicita recursos;*

*II - Estar credenciada no Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme normativas deste Fórum. (Extraído do Edital CMDCA/2008, p. 1)*

- O apoio de órgãos públicos externos à organização promotora, legitimando o edital;

*1.2 O presente projeto é realizado com a cooperação da Secretaria de Estado da Justiça e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul – SJDS, integrando a iniciativa denominada Rede Parceria Social, em parceria com a Empresa VONPAR, na condição de financiadora da Chamada Pública, e a Fundação VONPAR, na condição de operadora técnica do projeto. (Extraído do Edital Vonpar/2008, p. 1)*

Quanto à auto-referencialidade, podem-se destacar os seguintes exemplos, representados nos trechos dos editais transcritos:

- O roteiro de descrição dos projetos, proposto especificamente por cada edital;

*Art. 5º Os projetos deverão ser apresentados para protocolo de acordo com o modelo fornecido pelo CMDCA. (Extraído do Edital CMDCA/2008, p. 1)*

- A descrição das responsabilidades que cabem aos promotores do edital;

#### **6. OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO VONPAR**

*6.1 Repassar os valores, conforme contratado no Cronograma Físico-financeiro do projeto.*

*6.2 Fornecer apoio e orientação na elaboração final, execução dos projetos e gestão institucional.*

*6.3 Contratar serviço técnico especializado para monitoramento dos projetos e entidades, garantindo acompanhamento e boa execução das ações.*

*6.4 Acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos nas entidades participantes e auditar as prestações de contas. (Extraído do Edital Vonpar/2008, p. 5)*

Os fatores de auto e heteroreferencialidade servem, dentro de um contexto comunicativo (neste caso textual), como fonte de certificação do que está sendo enunciado. No exemplo dos editais de projetos do Terceiro Setor, o fato de se ter o nome de uma secretaria estadual assinando como concordante do apresentado naquele documento significa, a quem o recebe que se trata de algo confiável, apoiando a imagem da organização promotora em um fator externo a ela. Do mesmo modo, os roteiros exigidos de descrição dos projetos podem demonstrar o comprometimento em se querer selecionar aqueles que realmente são merecedores, pois isso os força a apresentar suas reais intenções dentro de um cronograma pré-estipulado de exigências físicas, financeiras e humanas.

### **Considerações Finais**

Uma investigação teórica sempre exige de quem se propõe cumpri-la uma dedicação especial e um cuidado para conjugar corretamente as idéias de cada autor. O percurso para compreender o universo dos contratos de leitura é, da mesma forma, um desafio e exige uma averiguação em torno de muitos conceitos até se chegar a sua correta compreensão. Assim, o breve caminho cumprido neste trabalho, tem por resultado levar de forma sucinta, mas não menos correta, ao ponto chave dos dispositivos enunciativos, exemplificando suas diversas nuances, de modo a facilitar a interpretação e comprovar os estudos feitos.

O objeto apresentado como sustentação à pesquisa aqui levantada é composto por editais elaborados e emitidos por instituição pública e privada, os quais apresentam uma série de contratos estabelecidos, seja consciente ou inconscientemente. Um texto é criado com a finalidade de passar informações e ser compreendido por quem ele é destinado. Contudo, são muitas as formas como isto pode ser feito. Neste caso, foi possível perceber diversos aspectos que são teoricamente comprovados por autores.

É claro que não se está querendo dizer aqui que os responsáveis pelos editais os elaboram e preparam sua redação para manipular e ludibriar os seus destinatários. O que fazem é seguir uma série de regras anteriormente estipuladas e que deixam claro, às instituições sociais, que segui-las é parte de um acordo global para que se consiga ser justo com todos. Em um mundo onde existe muita procura para pouca oferta, regras e contratos se justificam como organizadores da sociedade.

A análise dos discursos vem traçando um importante caminho de contribuições para o entendimento de diversos processos, como é o caso das relações sociais, que podem ser analisadas a partir da semiologia dos discursos sociais. A lingüística deixou neste traçado, sua importante ajuda para o desvendar de muitos arrolos. Os contratos de leitura, ou os dispositivos enunciativos, são e sempre serão à comunicação social um importante ponto de partida para a compreensão de muitos de seus procedimentos, colaborando inclusive com a identificação daqueles que são o foco, seus receptores, seus destinatários.

### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Inesita. *Razão polifônica: a negociação de sentidos na intervenção social*. In *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, n. especial, p. 46-57, jul./dez. 2003.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 5ª edição. Campinas-SP: Pontes Editores, 2005.

FAUSTO NETO, Antônio. *Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos*. In: *Diálogos Possíveis - Revista da Faculdade Social da Bahia*. Ano 6, n.2 (jul/dez) Salvador: FSBA, 2007. ISSN 1677-7603.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas-SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3ª edição, 1997.

PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso: Introdução à análise de discurso*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

VERÓN, Eliseo. *A Produção de Sentido*. Tradução de Alceu Dias Lima. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

VERÓN, Eliseo. *Quand lire, c'est faire: l'énonciation dans le discours de la presse écrite*. In: Semiotique II. Paris: IREP, 1983. Cópia de mimeografo em português.

VERÓN, Eliseo. *Os públicos entre produção e recepção: problemas para uma teoria do reconhecimento*. Arrábida: Portugal, 2001. In: ECO-Pós, v. 12, n. 1, janeiro-junho 2009, p. 11-26.

RESOLUÇÃO 050/2008. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Porto Alegre – RS, 2008. Acessado em junho de 2009. [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sitecmdca/default.php?reg=6&p\\_secao=8](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sitecmdca/default.php?reg=6&p_secao=8).

EDITAL do Projeto Inclusão Produtiva de populações em situação de alta vulnerabilidade. Porto Alegre – RS, 2008. Fundação Vonpar. Acessado em junho de 2009. <http://www.vonpar.com.br/Galileo/docs/MD%20Fund.%20VONPAR.pdf>.